

Resumo da Comunicação:

Reflexões sobre *Democracia, Protesto e Cidadania* – vozes de actores sociais no caso do “Coração da Cidade” (Porto)

1. Introdução

O objectivo da comunicação é o de reflectir sobre as lógicas e dinâmicas sociais que envolvem uma associação de solidariedade social (Associação Coração da Cidade) e um movimento de protesto local (constituído vários actores sociais) que se opõe à instalação da referida associação de apoio a sem-abrigo, numa rua da cidade do Porto, tomando como ponto central de análise a avaliação dos próprios actores face ao protesto em questão.

Na primeira parte da comunicação irei expor algumas considerações teóricas que orientam o presente trabalho de investigação e, numa segunda parte, avançarei com algumas pistas e interrogações que traduzem o quadro de significações onde se inscrevem as sensibilidades, as afectividades e a criatividade dos actores sociais envolvidos no protesto. Nesta linha de pensamento, darei mais atenção ao quadro de significações de pessoas que recorrem à associação Coração da Cidade, nomeadamente, a pessoas que arrumam carros nesta cidade, por considerar que estes actores sociais

¹ Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Vº Congresso Português de Sociologia
Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção
Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais
praticamente não têm visibilidade no espaço público e que raramente ouvimos as suas vozes.

2. Considerações teóricas

O nosso tempo é um tempo paradoxal. (...) O paradoxo está em que, se, por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje. (Santos, Boaventura de Sousa; 2003: 25)

Início esta comunicação com uma frase de Boaventura de Sousa Santos sobre as sociedades ocidentais e o incumprimento dos princípios democráticos de liberdade, igualdade, solidariedade e de paz no mundo contemporâneo. Penso que se olharmos para o passado recente do dia 11 de Março vivido no país vizinho de Espanha, facilmente nos sentimos cada vez mais distantes da concretização dessas mesmas promessas democráticas. E este é apenas um exemplo do “*nosso tempo paradoxal*”.

Segundo a perspectiva de Chantal Mouffe, não devemos considerar a democracia como algo natural e evidente, como o resultado de uma evolução moral da sociedade, porque é evidente nos nossos dias que o regime democrático é frágil e incerto, como afirma a autora “...a democracia é frágil e algo nunca definitivamente adquirido (...) trata-se de uma conquista que necessita de ser defendida constantemente.” (Mouffe; 2000).

Perante esta fragilidade, em sociedades e espaços democráticos, de que forma podem interagir os múltiplos actores sociais? Que «arenas de cooperação e de conflitos» podemos encontrar em democracia?

Para a autora, nas sociedades contemporâneas os cidadãos partilham o mesmo “espaço simbólico comum” e neste existem “confrontos agonísticos ou/ e antagonistas”. Os primeiros correspondem a uma luta moderada que respeita a diferença entre cidadãos (as pessoas vêem-se como adversários); os segundos referem-se à luta radical entre cidadãos (as pessoas vêem-se como inimigas), onde a violência pode estar presente (Mouffe; 2000).

Mouffe defende que em democracia os protestos constituem lutas entre adversários que lutam por caminhos diferentes, mas que respeitam sempre a diferença que os separa. A autora entende que o confronto agonístico pode ser um espaço democrático que contribui para a “renovação constante” da própria democracia, onde cada um tem direito a defender as suas ideias, mas por outro lado respeita e legitima a existência de adversários (Mouffe, 2000).

Pertinente, a meu ver, para a análise dos protestos nos “espaços simbólicos comuns” das sociedades modernas, é o quadro teórico desenvolvido por James Jasper, em *Les Formes de L'action Collective*, no qual o autor defende um quadro alternativo ao paradigma estrutural-organizacional, que engloba as dimensões culturais e as relações de interacção na acção colectiva (Jasper; 2001: 136).

Tendo em linha de conta que parto, nesta comunicação, de uma concepção de protesto socialmente construído, acredito, que é na interacção com os outros que cada actor social se apercebe dos seus interesses económicos, morais, emocionais e constrói os seus objectivos políticos e as suas visões morais.

Como propõe James Jasper, pretendo compreender como as pessoas se organizam para acções de protesto, analisando o que as preocupa, como vêem o seu espaço no mundo e que linguagem usam para descrever entidades, tecnologias, instituições e o próprio Estado (Jasper; 1997: 11).

Nesta perspectiva, é minha intenção salientar a análise das emoções, da psicologia individual e social dos indivíduos, dos princípios morais e da interacção estratégica entre diferentes actores sociais envolvidos num determinado protesto social.

Assim sendo, as emoções são elementos cognitivos e normativos da cultura que contribuem para a definição de situações, de eventos e de acções, que integram o nosso repertório cultural e constituem uma dimensão essencial da vida humana indissociável dos nossos actos de percepção intelectual.

Como afirma José Manuel Mendes as emoções “...mais do que algo que invade ou domina os indivíduos, impõem-se aos dispositivos sociais e culturais existentes. Isto é, as emoções manifestam-se em corpos e em culturas, sendo articulações de possíveis, descobertas permanentes de possibilidades de ser e de fazer.” (Mendes; 2003: 205)

Deste modo, a emoção está presente na estratégia retórica que transporta as reivindicações dos movimentos de protesto e faz com que os próprios actores apelem a diferentes grupos definindo um grupo de aliados e adversários portadores de uma disputa que remete para sentimentos de justiça e/ou injustiça (Jasper; 2001: 137).

A psicologia social dos indivíduos envolvidos em movimentos de acção colectiva é outro elemento fulcral, na medida em que interfere em questões fundamentais, como concepções de justiça e de verdade ou a capacidade de formular e potenciar discursos estratégicos, que podem influenciar de forma decisiva a ideologia e a orientação de um determinado movimento.

Nesta acepção teórica, a escolha de táticas e estratégias de acção num movimento de acção colectiva envolve todo um processo carregado de valores éticos e políticos inerentes a todos os actores sociais. O protesto torna-se, assim, um meio para os indivíduos expressarem as suas sensibilidades e princípios morais. Este facto adquire grande relevância se considerarmos que nas sociedades modernas as instituições e organizações como a escola, a igreja ou os meios de comunicação anulam cada vez mais esta possibilidade de cada actor social expressar os seus princípios (Jasper; 1997: 5).

A análise do desenvolvimento e compreensão da acção colectiva requer a restituição da dinâmica e da interacção estratégica entre os diversos actores sociais, visto que a todos se estende uma multiplicidade de vantagens e desvantagens capazes de modificar as estratégias e intervir no processo de acção colectiva.

Na minha perspectiva, nas interacções estratégicas presentes na acção colectiva, as dimensões políticas comportam uma maior capacidade de provocar novas orientações nos processos de acção colectiva.

Sidney Tarrow definiu a estrutura de oportunidade política como um conjunto de dimensões em torno do político que proporciona incentivos para que se produza uma acção colectiva, afectando as expectativas de êxito ou fracasso. Neste conceito o autor enfatiza a mobilização de recursos externos disponíveis a um determinado grupo. Como afirma Tarrow, existem dimensões mais conjunturais da estrutura política que podem difundir as oportunidades de certos grupos para levar a cabo uma mobilização colectiva ou para interferir com maior ou menor sucesso nos processos de decisão política.

Tomando a visão deste autor considero que os aspectos da estrutura política que proporcionam oportunidades e recursos aos movimentos sociais são: o grau de abertura e participação na acção colectiva, as mudanças de alianças sobretudo quando se produzem alianças instáveis, a existência e disponibilidade de aliados influentes e a

Vº Congresso Português de Sociologia
Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção
Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais
divisão entre elites que se manifesta em conflitos dentro e entre as próprias elites
(Tarrow; 1997: 49).

Procuró reflectir sobre as seguintes questões: Quando se transformou a crítica e indignação dos actores em acção colectiva? Qual «o mundo vivido dos actores», que motivações e princípios estão presentes neste protesto social? Que adversários e aliados existem face à estrutura de oportunidades políticas?

3. “Vozes” do protesto social do caso de estudo Coração da Cidade

Tendo sempre presente as diversas interacções estratégicas entre líderes (da instituição Coração da Cidade e da Comissão de Luta Contra a Instalação da Associação Coração da Cidade, militantes do protesto (voluntários do Coração da Cidade e moradores da cidade do Porto) e pessoas sem-abrigo, analisarei, de seguida, algumas pistas, que decorrem do quadro de significações onde se inscrevem as sensibilidades, as afectividades e criatividade dos actores envolvidos no protesto.

Relativamente à Comissão de Pais² presente na interacção estratégica deste conflito, o discurso veiculado na entrevista com o porta-voz da Comissão é totalmente contrário à instalação da instituição de apoio a sem-abrigo ao lado do infantário. Os argumentos discursivos baseiam-se em valores e princípios relacionados com: *direitos das crianças* – a salvaguarda dos direitos das crianças faz parte da Constituição Portuguesa e no entender da Comissão de Pais a possibilidade de contacto com os sem-abrigo coloca em risco a saúde pública e a segurança das crianças; *direitos de cidadania* – os pais defendem que a instituição Coração da Cidade se serve do apoio dado aos sem-abrigo

² Comissão de Pais do infantário que existe nas imediações da instituição da Coração da Cidade e presta serviços a crianças dos 0 meses aos 12 anos de idade.

para benefício pessoal dos voluntários, o que no seu quadro de significações enquanto cidadãos é ofensivo e inadmissível moralmente; e, por último, *direitos dos sem-abrigo* – direito a uma intervenção técnica e especializada com profissionais que possuam conhecimentos na área do social para que as respostas às suas necessidades sejam as mais adequadas e profissionais.

Numa primeira análise das entrevistas realizadas a arrumadores de rua que frequentam diariamente a instituição Coração da Cidade, estes tecem em primeira instância críticas ao programa Porto Feliz desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto e referem que este contribui para o aumento da criminalidade nesta cidade.

Nos seus discursos têm também presente, a questão da auto-imagem negativa, existe uma classificação de si próprios como marginais que decorre da sua própria imagem e da forma como o facto de arrumarem carros os estigmatiza negativamente como utentes da instituição Coração da Cidade e como cidadãos na cidade do Porto.

Curioso, a meu ver, é o facto dos entrevistados, construírem «*protestos dentro do protesto*», ou seja, face à análise do protesto social contra uma instituição de apoio a sem-abrigo, os entrevistados expõe uma série de inquietações e princípios morais que atravessam as suas vidas.

Numa perspectiva contrária, as entrevistas realizadas a actores sociais que constituem a Comissão de Luta³ revelam que os princípios e valores que fundamentam a sua luta contra a referida instituição, relacionam-se principalmente com o aumento da insegurança e desertificação da zona, os riscos de saúde pública para os moradores no contacto com a população sem-abrigo e a convicção de que a associação é uma seita desonesta com orientações baseadas no espiritismo.

³ Comissão de Luta contra a instalação do Coração da Cidade é constituída por moradores, comerciantes e proprietários do infantário da rua onde está instalada a referida associação.

A Associação Coração da Cidade⁴, através do discurso dos seus voluntários considera que faz um trabalho social válido com os sem-abrigo no combate à exclusão social e à pobreza. Nas entrevistas são defendidos valores e princípios de justiça social, de combate ao desemprego, de igualdade entre cidadãos, de solidariedade e respeito pela dignidade humana, que defendem a existência da instituição e se contrapõe aos argumentos de protesto dos outros actores sociais.

4. «Mundos Vividos» de arrumadores de rua

Procuo, de seguida centrar-me nos «mundos vividos» de pessoas que recorrem à instituição Coração da Cidade, na tentativa de, assim como Michel Callon e Bruno Latour referiram “...contribuir para a abertura de novos espaços de possibilidades à acção humana, em particular à do (a) s mais dominado (a) s” (*in* Corcuff; 1995: 141). Parto, assim, na esperança de que os novos espaços de possibilidades à acção humana possam ter início dando voz aos arrumadores de rua da cidade do Porto⁵, que raramente são escutados...

Procuo, apreender como estes actores sociais constroem a sua imagem, como sentem o protesto de que são alvo e o que pensam sobre cidadania e justiça social.

Tomando como ponto de partida a construção da imagem de arrumador de rua pelos próprios arrumadores, verificamos que existe uma clara divisão entre: por um lado, a

⁴ A Associação Coração da Cidade é um departamento de acção social da Associação Espírita Migalha do Amor, criada em 1996, como refere um folheto informativo da instituição “... com o objectivo, de dignificar a pobreza, levando a cidade do Porto a colaborar abertamente na ajuda fraterna e desinteressada a todos os sem-abrigo da cidade” (Folheto informativo da Associação Coração da Cidade).

Os serviços desta associação dirigem-se a um público-alvo muito vasto, que abrange todas as pessoas com fortes dificuldades económicas: imigrantes, nomeadamente, do Leste Europeu e de África, desempregados, toxicodependentes e sem-abrigo.

⁵ Acrescento uma pequena nota de contextualização de cariz biográfico sobre os arrumadores de rua entrevistados: têm entre 30 e 36 anos, consomem drogas há mais de dez anos, têm filhos e desenvolveram actividades profissionais no ramo da hotelaria antes de se tornarem arrumadores de rua.

Vº Congresso Português de Sociologia
Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção
Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais
forma como os arrumadores sentem que são vistos pela sociedade em geral, e, por outro,
a forma como se vêem a si próprios.

Começo pela “*imagem reflectida pelos «olhos» dos outros actores sociais*”, os arrumadores de rua sentem que têm uma imagem muito negativa perante sociedade que os rodeia.

Como podemos observar nos extractos das entrevistas com Fernando Dias e Filipe Costa:

Fernando Dias: Quer dizer entre arrumadores há diferenças, entre a sociedade pensa, entre arrumador, arrumador é drogado se é drogado, é marginal, sem-abrigo ou é marginal, ou se não andar na droga não é visto com bons olhos, não é? E a sociedade preocupa-se é, é não é em ajudar, é desajudar, quer dizer, se houver alguém que é mais poderoso, que diga, vocês assim, assim, distribua panfletos, não dêem, isto assim, assim, a sociedade faz isso, eu acho que está mal, porque as pessoas estão só a arrumar carros.

Filipe Costa: (...) agora não é, uma pessoa olha para mim e vê logo que não sou, portanto como é que hei-de dizer...eh... pronto não sou, vêem como um marginal à partida, não é, as pessoas, é mesmo assim, as pessoas excluem, as pessoas da sociedade olham p'ra nós como marginais, não nos olham como pessoas normais não é, que é mesmo assim! Nós entramos num autocarro e as pessoas ficam logo todas cheias de medo a apertar carteiras, e não sei o quê!! Enquanto, que quer dizer, se eu fosse todo engravatadinho, barbinha feita e cabelinho cortado e não sei quê, se calhar até nem nem apertavam tanto as carteiras, e eu se calhar até roubava, e eu nem vou, nem sequer com essas ideias, que é coisa que eu não tenho é mexer no que é dos outros, não tenho, não tenho !! E as pessoas olham para nós, só pelo, nossa maneira de vestir, já com a barba um bocado maior, já.

Dora Gomes: Sentes muito isso?

F.C.: Muito, muito, muito é uma pessoa, é por demais, por demais e depois sou uma pessoa um bocado nervosa e sinto que a pessoa, que se tá, se dá a perceber, que está a desconfiar de mim, eu sou capaz de sei lá, de mandar uma boca à pessoa, não consigo me manter calado, porque eu tenho a consciência que eu não me vou meter com a pessoa, porquê, porque não tou com aquela ideia na cabeça de não ir mexer em nada à pessoa e a pessoa mal me vê entrar, já está com aquele pensamento de que lhe vou mexer na carteira ou lhe vou roubar o telemóvel ou isso, percebes, é uma sociedade assim um bocado esquisita, lá fora acho que é totalmente diferente!

Nos discursos de Fernando Dias e Filipe Costa existe um protesto em tom de revolta pela forma como a sociedade lhes coloca um rótulo. Esse “*protesto revoltado*” nasce da não identificação com a rotulagem que lhes é atribuída pela sociedade em geral. Essa não identificação é evidente nas palavras de Filipe Costa, quando dialogámos sobre quem ele é, como se sente como pessoa centrado no seu percurso de vida:

“Um cidadão normal como os outros, eu p’ra mim sou um cidadão normal como os outros, apesar das pessoas pensarem que não sou, eu sou um cidadão normal como os outros apenas sei lá, cá na asneira de experimentar uma coisa que se calhar não devia ter experimentado, viciar uma coisa que não devia ter viciado...”, e conclui “Os arrumadores é como as outras pessoas normais, há boas e há más, não é? Pronto, há de tudo, mas nem todos somos iguais!”

No que diz respeito à questão do protesto contra a Associação Coração da Cidade, os entrevistados afirmam que a visão negativa que a sociedade tem das pessoas sem-abrigo e a política seguida pela Câmara Municipal do Porto, nomeadamente, no âmbito do projecto Porto Feliz são os dois grandes motivos impulsionadores do protesto contra a associação.

Como refere Fernando Dias:

F.D.: A visão que eles têm para não deixarem abrir e a associação de pais do infantário e tudo mais, antes de mais o CC tá a dar de comer a marginais, ora um sem-abrigo neste momento é um marginal aqui na cidade do Porto e não pode ser visto como um marginal. Se o sr. Rui Rio, o presidente da Câmara, já dizia para acabar com a exclusão social, para não darem a moedinha (refere-se ao Programa Porto Feliz), que ele que dá por nós, o que é que ele dá?? Ele não dá nada, ele nem quer arranjar para dar de comer à noite aos sem-abrigo. (...)

Dora Gomes: Existe o programa Porto Feliz.

F.D.: Porto infeliz! (levanta a voz) O Porto não é o Porto feliz, é o Porto infeliz, não Porto feliz, isto não é feliz!!! Porque desde que o Rui Rio foi para a câmara, este Rui Rio tomou conta daquilo e andou com esta polémica dos arrumadores, que eu não sei o que é que ele tem contra os arrumadores, ainda estou para saber, gostava de estar com ele directamente cara a cara, perguntar-lhe o que é que ele tem contra os arrumadores, para pegar com os arrumadores, agora nem pedir se pode!!

Na análise dos conceitos de cidadania, de sociedade justa e de justiça social, verificamos que os entrevistados não acreditam numa sociedade justa ou em justiça social e sentem que os «seus mundos vividos» se distanciam de uma cidadania plena.

Nesta acepção concordo com Boaventura de Sousa Santos, quando afirma que o esvaziamento político do conceito de cidadania a que assistimos hoje nas sociedades é sobretudo evidente nos grupos sociais que ocupam os escalões inferiores do sistema de desigualdade ou de rejeição no sistema de exclusão (Santos, 1999: 23). Neste sentido os arrumadores de rua estão longe de conseguirem aceder aos seus direitos e deveres de cidadania. Os entrevistados têm consciência “*do esvaziamento político do conceito de cidadania*”:

Filipe Costa: Ó pá, uma sociedade justa (ri-se com ironia)...ter o mínimo de condições para viver sei lá...já não digo viver muito bem, mas sei lá: ter alimentação, ter um quarto, um quarto para viver, há-de ser ter um quarto para viver, ter alimentação para ter, um emprego se puder ser, se eu puder trabalhar, eu prefiro trabalhar do que andar aí na rua a apanhar chuva ou isto ou aquilo, acho que preferia ter um emprego...

Fernando Dias: Uma sociedade justa para mim...acho que isso nunca há-de acontecer, mas olha uma sociedade justa era dar apoio a quem não tem, ou melhor, tirar a quem tem muito, ilegal, quem tem muito e abrir casas, abrir acolhimentos, dar mais apoio a quem não tem nada, isso é que era uma sociedade justa.

Dora Gomes: E a justiça social o que é para ti?

F.D.: (pensa) A justiça social, acho que não há justiça, no meu ponto de ver. Acho que não há justiça, se houvesse justiça nós não

estávamos na situação em que estamos, não estávamos porque dizem que há menos arrumadores, há menos isto e menos aquilo, há realmente, há!! Há menos arrumadores, mas a criminalidade no Porto aumentou eis a questão, não é?

5. Reflexões Finais

Como afirmei no início da comunicação, o protesto é socialmente construído, os interesses económicos, morais, emocionais, os objectivos políticos e as visões morais diferem de actor social para actor social e fazem nascer diferentes vozes de protesto social.

A construção social do protesto nas sociedades democráticas como refere Chantal Mouffe ocorre dentro de “espaços simbólicos comuns”, nos quais se inscrevem diferentes quadros de significações de todos os actores sociais presentes em diversas interacções estratégicas. Neste caso específico estão presentes os quadros de significações dos líderes da instituição Coração da Cidade e da Comissão de Luta Contra a Instalação da Associação Coração da Cidade, dos militantes do protesto (voluntários do Coração da Cidade e moradores da cidade do Porto) e das pessoas sem-abrigo, esses quadros podem levar ao desenvolvimento de lutas agonísticas e/ou antagonistas, ou seja, perspectivar os outros cidadãos como adversários ou inimigos.

A cidadania, por sua vez, é uma questão central nos repertórios discursivos dos diferentes actores sociais, nos quais o conceito de cidadania deixa de ser abstracto e materializa-se nos «mundos vividos das pessoas». Em relação aos «mundos vividos» dos arrumadores de rua existe um apelo discursivo à inclusão, ao direito à condição de cidadãos e, portanto, de uma cidadania plena, que sentem que não lhes é atribuída.

Neste sentido que formas de emancipação podemos reivindicar ou repensar “nos espaços simbólicos comuns” para que os actores sociais tenham acesso à cidadania?

6. Bibliografia:

- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social e Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Corcuff, Philippe (1995), *Les Nouvelles Sociologies. La Réalité Sociale en Construction*. Paris : Editions Nathan.
- Jasper, James (2001), “L’art de la protestation collective”, in Daniel Cefai e Danny Trom (orgs.), *Les Formes de l’Action Collective*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 135-159.
- Jasper, James (2001), “The Emotions of Protest”, in Jeff Godwin e James M. Jasper (orgs.), *The Social Movements Reader – Cases and Concepts*. EUA: Blackwell Publishing, 153-162.
- Mouffe, Chantal (1996), *O Retorno do Político*. Lisboa: Gradiva.
- Mouffe, Chantal (2000), *The Democratic Paradox*. Nova York: Verso London.
- Mendes, José (2003), “Uma localidade da Beira em protesto: memória, populismo e democracia”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 203-247.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 11-69.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*. Coimbra: Oficina do Ces, 20-34.

- Tarrow, Sidney (1997), *El Poder en Movimiento. Los movimientos sociales, acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Universidad.